



QUESTÕES SOCIAIS DA VACINAÇÃO

Fernando Bento Rodrigues Oliveira¹, Rafaella Aparecida Martins Jacinto¹, Gabriel Yoshiharu Sato¹

¹Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Nosso trabalho tem como foco explorar algumas questões sociais da vacinação, bem discutidas durante a pandemia de Covid-19. No Brasil, é conhecido que é obrigatória a vacinação de crianças e adolescentes pelos pais ou responsáveis. Será que isso vai de encontro à liberdade individual? Além disso, exploraremos a questão dos movimentos antivacinas: se são relevantes ou retrógrados, levando em conta tudo já conquistado pelas vacinas desde a sua criação.

Palavras-chave: vacinação, liberdade, preconceito, movimentos antivacina.

1. Introdução:

A vacinação é uma das conquistas mais significativas da medicina moderna, desempenhando um papel fundamental na proteção da saúde pública. Durante a pandemia de Covid-19, a importância da vacinação tornou-se ainda mais evidente, com a busca por uma imunização eficaz contra o vírus SARS-CoV-2. No entanto, essa jornada em direção à imunização em massa enfrentou diversos desafios, incluindo mitos, desinformação e resistência por motivos religiosos ou culturais. Nosso objetivo é analisar e discutir os principais aspectos relacionados à vacinação, desde os mitos e falsas informações disseminadas sobre vacinas, até a resistência por motivos religiosos ou culturais. Exploraremos os debates e polêmicas envolvendo a vacinação durante a pandemia de Covid-19, assim como as consequências da recusa à vacinação e os movimentos antivacinas e seus argumentos. Partiremos de uma análise crítica desses temas, apresentando evidências científicas e dados relevantes para fundamentar nossas discussões. Nossa justificativa para este trabalho reside na necessidade de compreendermos as questões sociais que permeiam a vacinação, uma vez que esses elementos desempenham um papel crucial na efetividade dos programas de imunização e no combate à propagação de doenças. Ao final deste estudo, esperamos contribuir para um melhor entendimento sobre a importância da vacinação na sociedade, bem como



para a promoção de estratégias eficazes no enfrentamento dos desafios enfrentados. Buscaremos apresentar a complexidade dessas questões, levantando diferentes perspectivas e discutindo os impactos individuais e coletivos da vacinação. Ademais, destacaremos o papel dos governos e da mídia na promoção da vacinação, reconhecendo sua responsabilidade na divulgação de informações precisas e no combate à desinformação, visando o bem-estar de toda a sociedade.

2. Dos Fatos

A Organização Mundial de Saúde (OMS) incorporou a “hesitação vacinal” em uma das 10 ameaças à saúde coletiva em 2019. Segundo ela, a imunização evita aproximadamente 2 a 3 milhões de mortes por ano. Nesse sentido, os movimentos antivacinas não são benéficos à sociedade, tendo como consequências, por exemplo, o retorno de doenças já erradicadas, como a poliomielite, e epidemias de doenças que são controladas com a vacinação, como o caso do sarampo. A OMS classificou como alto o risco da volta da paralisia infantil no Brasil nos últimos anos, lembrando que o último caso relatado no país foi em 1989. Isso se deve ao fato de a cobertura vacinal em 2022 ser aproximadamente 70%, apesar de o ideal ser 95%. Segundo a Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm), 30% das crianças não vacinadas significa que existem 1 milhão de crianças desprotegidas contra a doença. Além disso, em 2019, ano anterior ao início da pandemia de COVID-19, o índice já se encontrava abaixo do ideal, com valor de 85%. Essa redução pode estar relacionada com a propagação de notícias falsas sobre as vacinas, que aumentam a resistência dos pais a levarem seus filhos para a vacinação. Em relação ao sarampo, o Brasil recebeu o certificado de País Livre de Transmissão Autóctone de Sarampo em 2016 pela OMS, mas perdeu este título com o reaparecimento da doença em 2018 devido às baixas coberturas vacinais. De acordo com o Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), em 2018 foram confirmados 10.346 casos da doença, sendo 20.901 casos em 2019, 8.448 casos em 2020 e 676 em 2021. Além disso, casos relatados em todo o mundo aumentaram 79% nos primeiros dois meses de 2022, em

comparação com o mesmo período de 2021, segundo a OMS. Ela aponta a cobertura insuficiente da vacinação contra a doença como a principal razão para os surtos. Vale lembrar que parte desta redução é devido à pandemia, a qual interrompeu os serviços de imunização, bem como sobrecarregou os serviços de saúde. Entretanto, a redução da adesão também se deve à resistência à vacinação, segundo o jornal O Globo. Durante a pandemia de COVID-19, foi observado um espalhamento de informações falsas sobre as vacinas contra o SARS-CoV-2 objetivando a não aderência da população. Segundo Westhoff et al., as informações espalhadas têm semelhanças com ideias-chaves já utilizadas por esses movimentos, apenas alterando para serem direcionadas contra a vacina de covid. Nos tempos atuais, o problema não é a falta de informação, mas o fato de haver desinformação escondida e a facilidade de acesso a tudo isso. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a vacinação de crianças e adolescentes no país é obrigatória nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. Isso se deve ao fato de elas gozarem de todos os direitos fundamentais para obterem um desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Além disso, o estatuto assegura que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar que isto seja efetivado. Nesse sentido, os movimentos antivacinas induzem à inconstitucionalidade, por alterarem a opinião de pais que acabam por não vacinar seus filhos.

3. Metodologia

Para a pesquisa das informações, foram consultados artigos publicados nas revistas CNN, O Globo e Politize nos últimos 5 anos sobre o tema. Além disso, foram consultados artigos científicos, bem como informações e artigos publicados no site da Fundação Oswaldo Cruz sobre o tema. O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 também foi utilizado como referência. As principais palavras-chaves utilizadas foram “movimentos antivacina”, “vacinação”, “Covid-19”, “sarampo” e “poliomielite”.

4. Análise e Interpretação dos Dados

Os movimentos antivacina são frequentemente associados a informações incorretas ou desatualizadas sobre a eficácia e segurança da vacina. É importante enfatizar que as vacinas devem passar por rigorosos testes e conformidade antes de serem deferidas para uso. Os estudos científicos mostram consistentemente que as vacinas são seguras e eficazes na prevenção de doenças. A disseminação de desinformação sobre vacinas, incluindo conjecturas da conspiração, aumentou durante a pandemia de COVID-19. A proliferação dessas teorias e desinformação nas mídias sociais e outras plataformas desafiou os esforços de saúde pública para fornecer informações precisas e confiáveis sobre vacinas. A confiança do público é um ingrediente chave para o sucesso dos programas de imunização e a desconfiança pode minar o compromisso com as campanhas de imunização. Conforme mencionado, antes da pandemia de 2020, notamos uma queda nas taxas de vacinação no Brasil. Existem argumentos a favor da liberdade pessoal como pretexto para não vacinar. A liberdade individual é um princípio fundamental de muitas sociedades, garantindo às pessoas o direito de tomar decisões sobre sua própria saúde e bem-estar. Isso inclui a capacidade de consentir ou recusar procedimentos médicos, incluindo vacinas. O movimento antivacina geralmente se baseia na ideia de que as pessoas têm o direito de tomar suas próprias decisões sobre sua saúde e corpo, incluindo a escolha de não serem vacinadas. Eles argumentam que a vacinação é uma intervenção médica e que os indivíduos devem ter o direito de tomar decisões sobre seus corpos sem coerção ou imposição externa. No entanto, é preciso ressaltar que o exercício da liberdade individual não deve considerar apenas os interesses pessoais, mas também o impacto das escolhas individuais na sociedade como um todo. A vacinação não é apenas autoproteção, mas também proteção coletiva, que ajuda a prevenir a propagação de doenças infecciosas e protege os grupos mais vulneráveis.

5. Conclusão

Os movimentos antivacinas muitas vezes propagam informações falsas e

desinformação que podem minar a confiança na ciência e na eficácia das vacinas. Isso pode levar a uma redução na cobertura vacinal, aumentando o risco de doenças evitáveis por vacinação ressurgirem ou se espalharem. A vacinação é uma medida de saúde pública amplamente comprovada que é fundamental para prevenir doenças, salvar vidas e proteger comunidades inteiras. Não só protege aqueles que são vacinados, mas também ajuda a criar um ambiente mais seguro para aqueles que não podem ser vacinados por razões médicas legítimas. Embora a liberdade individual seja um direito fundamental, deve-se reconhecer que as escolhas individuais afetam o bem-estar da sociedade como um todo, portanto, é necessário mostrar que a vacinação obrigatória não vai de encontro à liberdade individual, mas sim uma responsabilidade individual necessária como sociedade. Isso requer aumentar a conscientização sobre os benefícios e a segurança das vacinas, combater a desinformação e as teorias da conspiração e garantir o acesso equitativo às vacinas para todos. Ao considerar um movimento antivacina, é crucial promover a educação baseada em evidências e envolver as comunidades, profissionais de saúde e autoridades competentes, a fim de tomar medidas eficazes para combater a desinformação, garantir a segurança e eficácia da vacina e, mais importante, proteger a saúde e bem-estar de todas as pessoas.

Referências

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

Cottone, D. M., & McCabe, P. C. (2022). Increases in preventable diseases due to antivaccination beliefs: Implications for schools. *School psychology (Washington, D.C.)*, 37(4), 319–329. <https://doi.org/10.1037/spq0000504>

Lucas Rocha. “Casos de sarampo aumentam em 79% no mundo em 2022, diz

OMS”. CNN Brasil. 2022. Disponível em <[Maria Guedes. “Movimento antivacina: saiba o que é e como surgiu.” Politize. 2022. Disponível em <<https://www.politize.com.br/antivacina/>>. Acesso em: 17 de maio de 2023.](https://www.cnnbrasil.com.br/saude/casos-de-sarampo-aumentam-em-79-no-mundo-em-2022-diz-oms/#:~:text=A%20cobertura%20insuficiente%20da%20vacina%C3%A7%C3%A3o,doen%C3%A7as%20mortais%2C%20incluindo%20o%20sarampo.>”. Acesso em: 17 de maio de 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Marina Rosário. “Movimentos antivacina ganham fôlego, e erradicação de doenças como sarampo e pólio entram em xeque”. Jornal O Globo. 2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/saude/epoca/noticia/2022/02/movimentos-antivacina-ganham-folego-erradicacao-de-doencas-como-sarampo-polio-entram-em-xeque-25391148.shtml>>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

Nathália Gameiro. “Aumento de casos de sarampo e baixa cobertura vacinal preocupam especialistas”. Fundação Oswaldo Cruz – Fio Cruz Brasília. 2019. Disponível em: <<https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/aumento-de-casos-de-sarampo-e-baixa-cobertura-vacinal-preocupa-especialistas/>>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

Ricardo Gouveia, Bel Campos. “Brasil vive risco alto de retorno da poliomielite, alerta presidente da SBIm”. CNN Brasil. 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-vive-risco-alto-de-retorno-da-poliomielite-alerta-presidente-da-sbim/>>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

Rodrigues, R. G. A. et al. “The consequences of the anti-vaccine movement on public health”. Inquiry: Archives of Health, Curitiba, v. 2, n. 4, p. 671-674 special edition, jul. 2021 ISSN 2675-4711. DOI: 10.46919/archv2n4-xxx

Westhoff, Mike-Andrew et al. “How to Respond to Misinformation From the Anti-Vaccine Movement.” Inquiry : a journal of medical care organization, provision and financing vol. 60 (2023): 469580231155723. doi:10.1177/00469580231155723